

O USO DE MEMÓRIAS COMO FONTE DE PESQUISA PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA EM SÃO PAULO¹

Surya Aaronovich Pombo de Barros²

Introdução

A História da Educação nasceu no Brasil associada à formação de professores (em Escolas Normais e, posteriormente, cursos de Pedagogia), e à construção da memória de grandes feitos educacionais no passado. Nas últimas décadas do século XX, ganhou status de campo de conhecimento, o que pode ser verificado no fortalecimento como disciplina de graduação via autonomia em relação à Filosofia da Educação e, principalmente, sua inserção em programas de pós-graduação de importantes instituições universitárias brasileiras, assim como a criação de Sociedades e Grupos de Pesquisas, a ampliação de publicações para a divulgação das pesquisas e a organização de diversos encontros científicos em nível nacional e internacional. Tal realidade demonstra o fôlego obtido pela História da Educação Brasileira³.

Esse fortalecimento, obtido nos últimos anos, foi acompanhado por profundas transformações no campo, o que já vem sendo alvo de discussão de diversos autores da área. Dentre essas mudanças, podemos destacar a emergência de diferentes sujeitos históricos analisados no que se refere ao acesso (ou não) à cultura escolar. Assim, “*vários sujeitos da educação vêm sendo valorizados em suas ações cotidianas, o que se explicita no aumento de interesse pelas trajetórias de vida e profissão e no engajamento que observa em análises organizadas em torno de questões de gênero, raça e geração*”⁴.

Portanto, a ausência da população negra nas análises sobre o passado educacional brasileiro, justificada em parte pela interdição à matrícula e a frequência de escravos (e, por vezes, também a “africanos livres”) presente na maioria das legislações provinciais, foi sendo ultrapassada. Na década de 1980, impulsionada pelo centenário da abolição, assim como pelo fortalecimento de novas abordagens historiográficas, a questão da participação da população negra na sociedade brasileira tomou outro rumo nos trabalhos de pesquisadores da História do Brasil, que durante muitas décadas não abordava tal questão: “*a partir de então, de forma mais visível, novas perspectivas teóricas e novas fontes e metodologias passaram a*

¹ Esse tema foi discutido em parte em minha dissertação de mestrado, defendida em 2005 na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

² Mestre em História e Historiografia da Educação pela Universidade de São Paulo. Professora Assistente no Departamento de Habilitações Pedagógicas da Universidade Federal da Paraíba. E-Mail: <surya.pombo@gmail.com>.

³ VIDAL, Diana & FARIA FILHO, Luciano. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo e sua configuração atual. São Paulo: USP, 2003. Trabalho não publicado.

⁴ VIDAL, D.; FARIA FILHO, L.; GONÇALVES, M. & PAULLILO, A. *História da Educação no Brasil: a configuração do campo e a produção atual no Estado de São Paulo (1943-2003)*. São Paulo: USP, 2004, p. 141. Trabalho não publicado.

*integrar os livros e artigos de historiadores já consagrados e de novos historiadores*⁵. Esse processo, já bastante discutido nas análises sobre a História do Brasil, alcançou também a História da Educação Brasileira. No final da década de 1980 surgiram os primeiros trabalhos na área tratando da presença da população negra na escola numa perspectiva histórica. Ainda que de maneira tímida no início, essa temática vem se fortalecendo nesse campo. Os primeiros anos do século XXI viram o aumento dessas pesquisas, em quantidade e qualidade⁶. Exemplo desse processo são algumas obras já realizadas, tais como Barros⁷, Fonseca⁸ e Silva⁹, dentre outras.

Junto a esse processo de fortalecimento da História da Educação, verificou-se no Brasil uma aproximação cada vez maior com a História, suas questões metodológicas e, especialmente a importância das fontes. Uma das especificidades do trabalho historiográfico é a utilização de fontes primárias, o que se constitui numa das maiores dificuldades enfrentadas pelo historiador, seja pela escassez de documentos, pela má conservação dos arquivos ou, ainda, pela documentação escrita ser produzida, na maioria das vezes, pelos “de cima”. Tais questões se agravam quando o objetivo da pesquisa é evidenciar a atuação da população negra, especialmente no período de vigência da escravidão ou logo após o seu fim, quando o estigma do ser escravo era muito presente.

Portanto, quando se trata de trabalhos relacionados à questão racial, a dificuldade na utilização das fontes aumenta, como testemunham diferentes autores que pesquisaram sobre o assunto. Maria Cristina Cortez Wissenbach, tratando da nova historiografia da escravidão surgida desde a década de 1980, afirma que “os pesquisadores tiveram que lidar com uma série de dificuldades, decorrentes não só da escassez de documentos sobre o tema da vida escrava, mas também, principalmente, daquelas causadas por uma incompatibilidade intrínseca entre as fontes oficiais e a história dos despossuídos ou dos dominados que se procurava resgatar”¹⁰. Deste modo, foi preciso recorrer a “tipos diferenciados de fontes, (...) ampliando os horizontes da pesquisa histórica e reinterpretando aspectos da organização social

⁵ MATTOS, Hebe M. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 13.

⁶ Desenvolvemos, atualmente, a pesquisa denominada “Estado da Arte da Produção sobre História da Educação da População Negra no Brasil”, que tem o objetivo de fazer um balanço das pesquisas realizadas sobre história da educação da população negra. As análises de congressos da área, revistas científicas, bancos de teses e dissertações, entre outros mecanismos de busca, demonstram a abrangência das pesquisas, seja temporal seja geograficamente: da Colônia à segunda metade do Século XX, diversas regiões, províncias/ estados brasileiros são alvo de pesquisas que articulam população negra (escrava ou livre) e educação.

⁷ BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. *Negrinhos que por ali andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)*. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia da Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

⁸ FONSECA, Marcus Vinícius da. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição do trabalho escravo*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. _____. *População negra e Educação: um perfil racial das escolas mineiras no século XIX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

⁹ SILVA, Adriana Maria de Paulo. *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*. Brasília: Editora Plano, 2000.

¹⁰ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 4, jul./dez., 2002, p. 104.

e cultural não só dos escravos como também dos grupos egressos da escravidão¹¹. Além da pequena quantidade de fontes oficiais sobre a escravidão é conhecido o fato de que “nos anais da história da escravidão brasileira e das populações de afro-descendentes, foram raros ou raríssimos os depoimentos diretos deixados por esses setores sociais”¹².

Quando se trata da relação entre educação formal e população negra antes do século XX, essa questão se agrava, uma vez que, como mencionado acima, durante muito tempo a historiografia da educação não considerava a população como parte dos possíveis sujeitos da escolarização, em função da interdição legal à presença escrava na escola em grande parte das legislações provinciais¹³. Embora esse quadro venha se alterando, a discussão sobre as fontes continua presente, sendo realizada continuamente.

Pretendemos, neste artigo, contribuir com o debate sobre a utilização de fontes em pesquisas históricas sobre a educação da população negra, apresentando e discutindo algumas das fontes utilizadas na pesquisa de mestrado *‘Negrinhos que por ahí andão’*: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920), de 2005, na qual buscamos discutir a escolarização dessa camada na cidade de São Paulo, entre o final do século XIX e o início do século XX. Mais especificamente, debateremos como as memórias daqueles envolvidos com o universo escolar – na perspectiva da inclusão ou o contrário, sendo excluídos – pode ajudar no entendimento do processo de escolarização da população negra no período citado. Assim, pretendemos refletir sobre a utilização de *depoimentos* como um tipo de fonte possível para pesquisas no campo da história da educação da população negra.

Inicialmente discutiremos as fontes utilizadas na pesquisa, não apenas os depoimentos mencionados. A seguir, apresentaremos as pesquisas com depoimentos, a metodologia utilizada no tratamento desses documentos e as possíveis contribuições que eles podem oferecer para as pesquisas sobre a escolarização da população negra no período mencionado, assim como os limites para o uso dos depoimentos.

História da Educação da População Negra: Relação com as Fontes

O objetivo de nosso mestrado, aqui debatido, foi examinar estratégias e táticas empreendidas por camadas brancas e negras da população no que se refere à instrução formal. De um lado, analisamos a posição que denominamos de “ação branca” no que se referiu à educação formal da população negra: ao mesmo tempo em que a educação para essa camada era valorizada nos discursos, nas defesas de pensadores, políticos, intelectuais, e outros envolvidos com a ascensão da cultura letrada, ao mesmo tempo impunham-se dificuldades para o acesso à escola para os negros: legislações proibitivas e, também, cotidiano excludente – professores, inspetores, familiares de alunos brancos, membros do grupo branco impondo barreiras para o acesso e permanência negra na escola. De outro lado, no que chamamos de “ação negra”, buscamos demonstrar a procura pela escola, por parte desse grupo, e ao mesmo tempo, a recusa à cultura escolar por outra parte dessa camada da população – de resto, um processo comum ao processo de

¹¹ WISSENBACH, Cartas..., p. 104.

¹² WISSENBACH, Cartas..., p. 105.

¹³ BARROS, 2005.

institucionalização da escola primária brasileira.

Em função da natureza da pesquisa, a explicitação das posições desses diversos grupos dificilmente estaria em apenas um tipo de documentação. Por exemplo, em São Paulo a categoria cor já não aparecia nos documentos da Instrução Pública da Província pelo menos desde a segunda metade do século XIX, período por nós consultado nos arquivos referentes à instrução pública da província. Eliane Peres, ao discutir o acesso ao letramento por parte de pessoas negras em Pelotas/ RS no século XIX também debate a “invisibilidade” do grupo: na documentação analisada por ela “há um silêncio nas fontes sobre a presença desse segmento da população”¹⁴. A ausência da menção à cor foi sentida em nossa pesquisa, por exemplo, nas Listas de Matrículas de escolas paulistanas, o que dificultava a identificação de alunos e alunas de origem negra. Outros indícios dessa presença tiveram que ser buscados para que pudéssemos trabalhar com a realidade de que alunos de origem negra frequentaram essas escolas.

Percorremos diversos tipos de registros para realizar o trabalho: acervos referentes à Instrução Pública do Arquivo do Estado de São Paulo; acervos do Arquivo Municipal de São Paulo Washington Luís; Jornais da Raça Negra; artigos da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e depoimentos de pessoas que participaram do processo de escolarização no período.

São esses últimos registros que pretendemos evidenciar nesse artigo: as memórias. Tais fontes são resultados de duas pesquisas realizadas no final da década de 80 (do século XX) por pesquisadoras paulistas. A pesquisa *Memória da Escravidão em Famílias Negras de São Paulo*, sob a coordenação das professoras Maria de Lourdes Monaco Janotti e Suely Robles Reis de Queiroz, é constituída de depoimentos de membros de 44 famílias negras do Estado de São Paulo, sendo 13 da Capital e 31 do interior. Realizada entre 1987 e 1988, a pesquisa teve como principal objetivo perceber como, no período do centenário da abolição da escravatura, dava-se a memória da escravidão nessas famílias¹⁵. A pesquisa *Memórias de velhos mestres da cidade de São Paulo e seus arredores*, realizada em 1988 sob a coordenação da professora Zeila de Brito Fabri Demartini, colheu depoimentos de 33 mestres (professores e professoras) que atuaram na educação nas três primeiras décadas da Primeira República¹⁶. A seguir, apresentaremos cada um dos dois trabalhos, discutindo como foram utilizados.

Memórias e Possibilidades de Utilização

Coleção Memória da Escravidão em Famílias Negras de São Paulo

A pesquisa *Memória da Escravidão em Famílias Negras de São Paulo*, como já foi mencionado, foi realizada sob a coordenação das professoras Maria de Lourdes Monaco Janotti e Suely Robles Reis de Queiroz, é constituída de depoimentos de

¹⁴ PERES, Eliane. Sob(re) o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 4, jul./dez., 2002, p. 76. Grifo da autora.

¹⁵ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco & QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Relatório final do projeto Memória da Escravidão em Famílias Negras de São Paulo*. São Paulo: CAPH, 1988. Trabalho não publicado.

¹⁶ DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. *Relatório final da pesquisa Memórias de Velhos Mestres da cidade de São Paulo e seus arredores*. São Paulo: CERU/ Fundação Carlos Chagas, 1988.

membros de 44 famílias negras do Estado de São Paulo, sendo 13 da Capital e 31 do interior. Realizada entre 1987 e 1988, a pesquisa teve como principal objetivo perceber de que maneira, no período do centenário da abolição da escravatura, dava-se a memória da escravidão nessas famílias. Foram colhidos depoimentos de três gerações de pessoas negras da mesma família, e assim estão divididos no relatório de pesquisa. É possível apreender as visões de uma mesma família a partir do recorte geracional, regional, ou conhecer visões de cada geração (primeira, segunda, terceira) lendo todo o grupo. Enfim, de acordo com o objetivo de pesquisa de quem lê os depoimentos, é possível fazer o recorte.

Segundo as organizadoras, as reflexões acerca de como utilizar o resultado das entrevistas “*se iniciaram como perguntas dos historiadores – o que fazer com os depoimentos orais? Como traduzir nossas análises de caso em um discurso histórico? – terminaram em uma convicção*”. Elas continuam:

As soluções das questões metodológicas encontram-se na própria sabedoria do depoente. Aprenderemos muito se atentarmos para o que diz Ediana Arruda: ‘Meu avô fala que o avô dele veio do Congo da África. Ele conta quando eram escravos. Às vezes ele mesmo mistura tudo. São histórias que a gente, se for ver, tem que ir juntando, pedaço por pedaço, para a gente inteirar uma história’ (família 5, Piracicaba, 3ª geração, p. 15).¹⁷

O resultado do projeto pode ser encontrado no CAPH/USP (Centro de Apoio à Pesquisa Histórica da Universidade de São Paulo), estando as entrevistas transcritas e divididas em pastas de acordo com a localidade de origem de cada família, o que facilita o trabalho do pesquisador. Como foram entrevistados membros de três gerações de cada família, há relatos de depoentes nascidos entre o final do século XIX e segunda metade do século XX.

Uma vez que a pesquisa que resultou no mestrado aqui apresentada foi desenvolvida destacando o período entre 1870 e 1920, lemos todos os depoimentos dos nascidos até a década de 1920, catalogados como “depoentes de primeira geração”, a fim de tomar contato com suas memórias acerca da escolarização (ou não). Alguns desses relatos mostram, por exemplo, as dificuldades encontradas pelos descendentes de escravos para frequentarem a escola e também sobre o interesse de parte do grupo em ter acesso à instrução formal.

No relatório final do projeto, ao analisar alguns aspectos dos relatos e das vivências das pessoas oriundas de famílias descendentes de escravos, as coordenadoras da pesquisa compartilham reflexões acerca da relação destes com a escola que merecem ser transcritas:

a frequência à escola, rara na primeira geração e cada vez mais comum a partir da segunda, também representou um passo importante, pois garantia acesso a um universo maior de informações, que poderia propiciar ao indivíduo contextualização mais ampla.¹⁸

¹⁷ JANOTTI & QUEIROZ, *Relatório final...*, p. 13.

¹⁸ JANOTTI & QUEIROZ, *Relatório final...*, p. 50.

Elas acrescentam:

*apesar do estudo apresentar-se, para a maioria desses depoentes como um bem raro desejado, poucas vezes lhes foi possível, frente às condições concretas de existência, obtê-lo.*¹⁹

Ainda sobre a temática da escola, as autoras escrevem:

*a escolaridade, presente na infância de quase toda a criança está igualmente registrada nas reminiscências de membros de famílias negras, mostrando limitações e obstáculos ao acesso e continuidade da educação formal, premidos pela necessidade de se inserir, prematuramente, no mundo do trabalho.*²⁰

Elas continuam:

*esse acesso e permanência na escola, nas terceiras gerações, se acentuam pelas próprias mudanças registradas na organização do sistema escolar. (...) a não freqüência à escola ou a ela ter acesso, mas não ir muito além das primeiras séries foram tônicas persistentes nas duas primeiras gerações de depoentes. Em relação à terceira geração, há registros marcantes de tratamento pejorativo sofrido em classe ou nas brincadeiras de rua, por serem negros.*²¹

A maioria dos registros é de pessoas que nasceram em períodos posteriores ao abarcado neste trabalho. Alguns dos depoentes, entretanto, estiveram em idade escolar nas primeiras décadas do século XX, ainda no final da periodização de nossa pesquisa. Por exemplo, o depoente Antonio Carlos Ferraz, nascido em 1913, fala sobre o pai, um escravo baiano, que fora dado ao seu senhor – um estudante – pelo sogro deste, quando se casara com uma baiana enquanto estudava naquela província: “(...) *ele [seu pai] ... era um homem muito esperto, leiloeiro, sabe? (...) sabia ler muito bem, escrever, trabalhou em... como é que se diz... em Santos, né? Carregamento de navio...*”. O depoente conta que aprendeu a ler com o pai, que também ensinava a outras pessoas:

É, é, meu pai dava aula pra mim pra mais... no sítio, pra aqueles pessoal, aquele tempo não é que nem hoje que tem aula, escola em todo lugar.. (...) ... então quando tinha um que sabia ler bem, então tudo mundo vinha ali, aprender com ele, né? Meu pai dava aula pra uma turminha e eu também tava aprendendo (...).

Mas os depoimentos explicitam, também, as dificuldades. Outro entrevistado, nascido em 1910, quando perguntado pelo entrevistador se gostaria de comentar algo sobre sua vida, responde:

¹⁹ JANOTTI & QUEIROZ, *Relatório final...*, p. 50.

²⁰ JANOTTI & QUEIROZ, *Relatório final...*, p. 68.

²¹ JANOTTI & QUEIROZ, *Relatório final...*, p. 68.

(...) num pude istudá (estudar) e foi... entrei no... no... na ... na escola, naquele tempo do interior, então fiquei só oito mese(s)... ... depois tive que sai pa, pra vim, pra panhá (apanhar) café, porque... (...) intão, num, num, num pude... num pude, num tive... muito, muito tempo de...de...de...de cancha pra... (...) prá istudá (estudar), essas coisas.

O preconceito racial enfrentado no cotidiano escolar, também é perceptível a partir das memórias dos entrevistados. A entrevistada Benedita, nascida entre 1911 e 1912, afirma:

E minha mãe comprava aqueles chinelinhos de saco, que eu ia na escola, aqueles avental com aquele pano grosso, parece linhão, tinha bege e... fazia aqueles avental. Eu chegava na escola e as meninas toda arreliaava de mim - preconceito, né? Eu pegava, eu chorava, né?

Outro entrevistado, nascido em 1916, confirma como, muitas vezes, o preconceito racial era explícito:

Tinha muito racismo, mesmo. Apanha na escola, viu. Uma professora, trocou de professora, uma vez, e eu não fiz uma lição lá, que eu não sabia, né, não fiz, ah, ela meteu a régua na minha orelha que cortou! Me cortou a orelha, viu? Aí toca fazer curativo! Depois os menino, lá, naquele tempo, né, xingava a gente: 'Tição', tal, até que peguei o menino na rua e dei uma surra nele (risos) e me expulsaram do, do colégio, não deixaram mais eu estudar. Ainda minha mãe ainda foi lá, chorar pr'eu estudar... expulsaram!

Consideramos que os depoimentos desses membros da primeira geração de famílias negras, entrevistados no centenário da Abolição, aliados ao uso de outros tipos de fontes, auxiliaram na construção do quadro mais geral acerca da participação negra na escola paulistana.

Memórias de velhos mestres da cidade de São Paulo e seus arredores

A pesquisa *Memória de Velhos Mestres na cidade de São Paulo e seus arredores* foi realizada em 1988, sob a coordenação da professora Zeila de Brito Fabri Demartini. Foram colhidos depoimentos de 33 mestres (professores e professoras) que atuaram na educação paulista nas três primeiras décadas da Primeira República. Através desses depoimentos e com o auxílio de dados complementares, retirados dos Anuários do Ensino de São Paulo e das Revistas do Ensino da Diretoria da Instrução Pública do Estado de São Paulo, o objetivo primordial do projeto foi traçar um panorama da educação na cidade de São Paulo e arredores através das memórias dos professores que ali atuaram. Segundo Demartini, “se o conhecimento do presente é importante, há uma outra dimensão do problema que não pode ser ignorada, e, ao contrário, ‘deve’ também ser pesquisada: trata-se da análise das questões segundo uma perspectiva histórica, isto é, procurando conhecer os fatos através do tempo”²².

²² DEMARTINI, *Relatório final...*, p. 1.

O resultado da pesquisa está apresentado num Relatório de três volumes. Nas primeiras partes Zeila Demartini divide a análise das entrevistas em função das diversas instituições como “escolas isoladas”, “Grupos Escolares”, “externatos”, “Liceus” e “cursos preparatórios”. A última parte do relatório compreende as “escolas para segmentos diferenciados da população”. Segundo a questão colocada por Demartini, o ponto crucial era pensar “o que caracterizava esta cidade e sua população, que pudesse explicar tamanha diversidade de experiências escolares, numa mesma época (...)”²³. Ela analisa a existência de escolas voltadas para três segmentos da população: negros, judeus e japoneses. Aqui, em função de nosso objeto de pesquisa, nos fixamos principalmente às experiências voltas para o segmento negro.

Nas memórias dos professores que lecionaram na Primeira República (entre os anos 10 e 40 do século XX), ouvidos pelo *Projeto Memória de velhos mestres da cidade de São Paulo e seus arredores*, fica evidente quão poucas lembranças de alunos e alunas negras possuem esses professores. A pesquisa foi realizada diferenciando as memórias de professores que lecionaram em “grupos escolares”, “escolas isoladas”, “liceus”, “cursos preparatórios” e “escolas para segmentos diferenciados da população”. No relatório final, Demartini afirma que “os grupos, pela própria localização, destinavam-se à população mais central e, segundo alguns, mais ‘selecionada’ da cidade; as escolas isoladas, à população que não tinha condições de aí residir, ou de freqüentar os cursos diurnos”²⁴. Segundo ela, “os filhos de operários representavam a maioria dos alunos em grupos escolares, ao lado de filhos de trabalhadores urbanos em geral. Apesar dos altos níveis de evasão escolar no período, a camada de baixa renda não estava excluída do sistema de ensino”²⁵. Embora frequentada pela *camada de baixa renda*, nas memórias dos velhos mestres de São Paulo poucas vezes estão presentes lembranças de alunos e alunas negras em suas escolas. Ao contrário da presença de crianças brancas e principalmente descendentes de imigrantes, cujas lembranças são recorrentes. Podemos ver isso na repetição de expressões como “italiana linda”, “menina branquinha” e outras menções à cor branca dos alunos e alunas. A disputa entre negros e imigrantes se dava também pela territorialidade. Pesquisas referentes à cidade de São Paulo no final do século XIX demonstram como a população negra foi sendo afastada do centro em detrimento dos imigrantes europeus, que conformavam a cara desejada para a cidade²⁶. Nesse sentido, é sintomático perceber que uma das únicas lembranças que comporta crianças negras, entre os depoimentos de professores paulistanos que lecionaram durante a Primeira República, é a da professora do Grupo Escolar Rural do Butantã, de 1932. Segundo ela, frequentavam o distante Grupo “os alunos de cinco raças. Tinha japonês, tinha italiano, tinha espanhol, tinha português e tinha a raça preta. Tinha de várias posições sociais”²⁷.

Um outro exemplo é a fala de uma professora do Externato São José, criado a

²³ DEMARTINI, *Relatório final...*, p. 333.

²⁴ DEMARTINI, *Relatório final...*, p. 57.

²⁵ DEMARTINI, *Relatório final...*, p. 63.

²⁶ SANTOS, Carlos José Ferreira. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: FAPESP; Annablume, 2003. WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

²⁷ DEMARTINI, *Relatório final...*, p. 145.

fim de oferecer instrução para crianças pobres. Demartini, ao analisar a clientela dos externatos, afirma:

*esta camada média não tinha condições de sustentar os filhos em colégios freqüentados pela camada alta, mas também não se submetia à escola pública, que abrigava a população pobre, imigrantes e seus descendentes.*²⁸

A professora entrevistada confirma: “Pelo tipo das minhas alunas, eram todas brancas. Todas brancas”²⁹.

Assim, ainda que pela ausência nas memórias de mestres e mestras, pudemos verificar um aspecto da relação da população negra com a escola entre o final do século XIX e o início do XX: a exclusão.

Limites no uso dos depoimentos

Temos consciência das muitas dificuldades inerentes ao uso de fontes orais, já pontuadas por teóricos e pesquisadores que fazem uso dessa metodologia³⁰. Questões como a subjetividade do entrevistado e do entrevistador, a “inexatidão” dos fatos mencionados, a construção de significados que o tempo presente pode dar ao passado, enfim, diversas são as críticas dirigidas ao uso de depoimentos orais como fonte de trabalhos científicos. Ou, nas palavras de Alessandro Portelli, “*parece se temer que uma vez abertos os portões da oralidade, a escrita (e a racionalidade junto com ela) será varrida como que por uma massa espontânea incontável de fluídos, material amorfo*”³¹.

Em nossa pesquisa, às críticas que se fazem à história oral pode-se acrescentar uma outra problemática: as entrevistas foram colhidas e transcritas por outros pesquisadores, para projetos com temas específicos, com finalidades diferentes das que buscávamos nos depoimentos. Ainda assim, e pretendendo fazer uma análise dos conteúdos (e não dos discursos) presentes nos depoimentos, consideramos a utilização dessas fontes interessantes para o trabalho, já que “*as fontes escritas e orais não são mutuamente excludentes*”³². Acreditamos que os depoimentos daqueles sujeitos que viveram o processo educacional no período contemplado nesta pesquisa nos fornecem importantes informações de como se deu o acesso da população negra à escola. Tais informações, cotejadas com aquelas recolhidas nas demais fontes utilizadas para a realização da dissertação nos ajudaram a construir o quadro da escolarização da população negra na cidade de São Paulo entre 1870 e 1920.

À guisa de conclusões

Como demonstrado acima, nossa pesquisa foi construída a partir de uma

²⁸ DEMARTINI, *Relatório final...*, p. 147.

²⁹ DEMARTINI, *Relatório final...*, p. 158.

³⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. VON SIMSON, Olga de Moraes (org). *Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)*, São Paulo: Vértice, 1988. PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, n. 14, fev. 1997.

³¹ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, n. 14, fev. 1997, p. 26.

³² PORTELLI, 1997, p. 26.

pluralidade de fontes, além da contribuição imprescindível da bibliografia existente sobre o assunto. Em seu trabalho acerca do cotidiano de mulheres escravas que viviam nas fímbrias do sistema, na cidade de São Paulo no século XIX, Maria Odila L. S. Dias utiliza um termo para a metodologia que pode ser aplicado também a nosso trabalho. Discorrendo sobre o trabalho com as fontes, a historiadora afirma:

*a documentação é especialmente difícil pela natureza dispersa das fontes e também por estarem, em geral, como toda fonte escrita, comprometidas com valores outros, de dominação e poder (...). É uma história do implícito resgatada das entrelinhas dos documentos, beirando o impossível, uma história sem fontes...*³³

Para a história da escolarização da população negra em São Paulo, no período aqui delimitado, foi possível sim eleger uma diversidade de registros como fontes importantes. Ainda assim, foi preciso “resgatar das entrelinhas dos documentos” as informações que, quando questionadas, esmiuçadas e entrecruzadas, possibilitaram que contássemos essa história acerca da posição da camada branca da população sobre essa escolarização e a visão dos próprios negros sobre a importância do acesso à escola. Entre essa diversidade de fontes, não há dúvida de que as memórias resgatadas daqueles que presenciaram a escolarização no entre o final do século XIX e início do século XX – seja como alunos, professores ou familiares – auxiliaram fundamentalmente para a realização do mencionado trabalho de pesquisa.



RESUMO

Este artigo discute a utilização de um determinado tipo de fonte para a pesquisa em História da Educação da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XX: as memórias de quem estava envolvido com o processo educacional, seja na perspectiva da inclusão, seja na de ser excluído. O foco se concentra, portanto, sobre famílias negras que vivenciaram o pós-abolição e professores que atuaram nas primeiras décadas do século passado. Serão apresentados os projetos que recolheram as memórias citadas, a metodologia utilizada, as possibilidades e os limites para a utilização desse tipo de fonte.

Palavras Chave: População Negra; São Paulo; História da Educação; Memórias.

ABSTRACT

This article discusses the use of a particular type of source for research on Education History of the black population in São Paulo at late 19th and early 20th centuries: the memories of those involved with the educational process, either those who were in an inclusive perspective, or those who were being excluded. The focus is the black families who experienced the post-abolition and teachers who worked in the first decades of last century. It will present the projects that collected the memories mentioned above, the methodology used, and the possibilities and limitations for using this type of source.

Keywords: Black People; São Paulo; Education History; Memories.

³³ DIAS, Maria Odila Leita da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 17.